



PERFIL DA DISPENSAÇÃO DE PSICOFÁRMACOS NA 15ª REGIONAL DE SAÚDE DO PARANÁ

Rebeca de Lima Refundini¹, Giovana Andrade Dutra de Resende², Cleyton Eduardo Mendes de Toledo³

¹Acadêmica do Curso de Medicina, Campus Maringá-PR, Universidade Cesumar - UNICESUMAR. Voluntária PVIC/ICETI-UniCesumar. refundini81@gmail.com

²Acadêmica do Curso de Medicina, Campus Maringá-PR, Universidade Cesumar – UNICESUMAR. gi.andradedr@gmail.com

³Orientador, Doutor, Docente no Curso de Medicina, UNICESUMAR. Pesquisadora do Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação – ICETI. cleyton.toledo@docentes.unicesumar.edu.br

RESUMO

Os distúrbios de saúde mental são representados por alterações no âmbito cognitivo, emocional ou comportamental, capazes de causar prejuízos importantes nos diversos âmbitos de vida do indivíduo. A Atenção Primária à Saúde (APS) trata-se da porta de entrada ideal para a abordagem de problemas relacionados à saúde mental. De acordo com o Sistema de Informações Hospitalares (SIH) do DATASUS, o município de Maringá, 15ª Regional de Saúde do Paraná, apresentou 2.040 internações hospitalares relacionadas aos Transtornos mentais e comportamentais no período de junho de 2022 a junho de 2024, representando a terceira cidade com mais internações no estado. Existem diversos tipos de abordagens utilizadas com pacientes em acompanhamento psiquiátrico, entre elas encontra-se o tratamento farmacológico. Diante da gama de classes de psicofármacos e dos fatores que podem interferir no processo terapêutico, viu-se a necessidade de realizar o levantamento e a análise dos medicamentos mais prescritos para os pacientes nos serviços de atenção à saúde mental do SUS no município de Maringá no período de 2018 a 2024. Trata-se de uma pesquisa de natureza observacional, com abordagem mista (quantitativa e qualitativa), de caráter descritivo exploratório, através da análise documental de fontes secundárias de domínio institucional. Ao apresentar todos os aspectos que abrangem as medicações mais dispensadas e as possíveis dificuldades encontradas no tratamento farmacológico do município, demonstrar-se-á a conjuntura da assistência em saúde mental no setor público maringaense. Esses resultados poderão embasar a proposição de ações em saúde e a implementação de inovações na abordagem clínica dos pacientes.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde Mental; Psicotrópicos; Psicofarmacologia.

1 INTRODUÇÃO

Os distúrbios de saúde mental são representados por alterações no âmbito cognitivo, emocional ou comportamental, os quais podem impactar no contexto biopsicossocial do ser. Esse tipo de transtorno é capaz de causar prejuízos importantes na socialização do indivíduo, atuação no mercado de trabalho ou ainda impossibilitá-lo de realizar atividades cotidianas (Silva *et al.*, 2023, p. 2).

No Sistema Único de Saúde (SUS) são oferecidos pela Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), para tratamento desses distúrbios de saúde mental, serviços como Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Unidades Básicas de Saúde (UBS), Serviços de Urgência e Emergência e Atenção Hospitalar (nível de atenção terciário). Dentre esses estabelecimentos, o CAPS faz parte da rede especializada (atenção secundária) de assistência, dedicado ao atendimento de pessoas com transtornos mentais, incluindo aquelas com dependência de drogas e álcool, com o objetivo de acolher, promover a inclusão e fornecer tratamento adequado (Carlos; Gallassi, 2024, p. 2 e 3).

De acordo com o Sistema de Informações Hospitalares (SIH) do Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), o município de Maringá apresentou 7.603 internações hospitalares relacionadas aos Transtornos mentais e comportamentais, Capítulo 5 da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), no período de novembro de 2018 a novembro de 2024. Em relação ao estado do Paraná, que



apresentou 113.696 internações no total, Maringá precedeu apenas Curitiba, com 13.034 internações, representando aproximadamente 7% das internações do estado nesse mesmo intervalo de tempo (Brasil, 2024).

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo Demográfico de 2022, os municípios do Paraná com maior número de habitantes são, respectivamente, Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa e Cascavel (IBGE, 2024). Se utilizado o viés comparativo do número de internações hospitalares por transtornos mentais e comportamentais com o número de habitantes de cada um desses municípios, o percentual das internações/habitantes em Maringá representa 1,86%, sendo superior à maioria das cidades citadas (1,25% em Londrina, 0,73% em Curitiba e 0,72% em Ponta Grossa), somente Foz do Iguaçu que ultrapassa esse valor (1,95%). Esse contexto ressalta a importância da análise de possíveis entraves nos tratamentos nos serviços de saúde maringenses, o que pode estar acarretando uma maior quantidade de internações (Brasil, 2024).

Existem diversos tipos de abordagens utilizadas com pacientes em acompanhamento psiquiátrico, como as práticas de reuniões em grupos, psicoterapia e, em muitos casos, o tratamento farmacológico (Colaço; Onocko-Campos, 2022, p. 2554). Essas alternativas medicamentosas são denominadas psicofármacos, os quais englobam uma gama de substâncias que atuam diretamente no sistema nervoso central (SNC) (Souza *et al.*, 2024, p. 13135).

A terapêutica farmacológica oferecida pelo SUS é determinada de acordo com a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename), uma lista de medicamentos que estão disponíveis para a população. Dentre os fármacos ofertados que atuam no SNC estão os anticonvulsivantes: ácido valpróico, carbamazepina, clonazepam, diazepam, fenitoína, fenobarbital, sulfato de magnésio e valproato de sódio; os hipnóticos, ansiolíticos e medicamentos para tratamento de transtornos obsessivo-compulsivo de pânico: clomipramina, diazepam e procleridina; os antipsicóticos: clorpromazina, flufenazina e haloperidol; e os antidepressivos e antimaníacos: amitriptilina, carbonato de lítio, clomipramina e nortriptilina (Brasil, 2022, p. 62).

Essa pesquisa busca identificar e quantificar os psicofármacos mais dispensados pelas farmácias das UBS e pelo projeto Farmácia Móvel, serviço que auxilia no acesso da população às medicações, do município de Maringá, a fim de otimizar a compra de medicamentos, para evitar o vencimento ou a falta de medicamentos.

Vê-se a importância de conhecer o contexto de saúde mental no município, as estruturas disponíveis do Sistema Único de Saúde (SUS) e as terapias farmacológicas ofertadas, de forma a observar o perfil de dispensação de medicamentos, tanto no âmbito dos serviços específicos quanto no contexto geral do sistema de saúde.

Diante da gama de classes de psicofármacos e dos fatores que podem interferir no processo terapêutico, viu-se a necessidade de realizar o levantamento e a análise dos medicamentos mais prescritos para os pacientes nos serviços de atenção à saúde mental do SUS no município de Maringá no período de 2018 a 2024. Como objetivos específicos, elencou-se identificar e analisar os psicofármacos dispensados na 15ª Regional de Saúde de Maringá; e compreender o perfil específico de cada serviço, na busca de entender os possíveis obstáculos na oferta dos tratamentos farmacológicos.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa de natureza observacional, com abordagem mista (quantitativa e qualitativa), de caráter descritivo exploratório, através da análise documental de fontes secundárias de domínio institucional. A abordagem será realizada por meio do



acesso aos relatórios e documentos do Centro de Informação de Saúde, pertencente à Secretaria de Saúde de Maringá. O período de análise desta pesquisa compreenderá os anos de 2018 a 2024.

As informações serão obtidas através de meio eletrônico, pelo sistema gestor, através da busca de informações na base de dados local sobre a dispensação de medicamentos psicotrópicos. Como critérios de inclusão, serão considerados os fármacos de acordo com a denominação comum brasileira (DCB), a forma farmacêutica e as concentrações dos medicamentos disponíveis e dispensados pela farmácia pública do município. Serão excluídas da pesquisa as terapêuticas prescritas no SUS que foram adquiridas por meio de recursos particulares.

Será utilizada a técnica de Barlin para análise de dados, que segue as seguintes etapas: 1) Pré-análise; 2) Exploração do material, com a categorização de dados e; 3) Tratamento de resultados obtidos e interpretação (Paranhos *et al.*, 2023, p. 242). Assim, com a finalidade de que os dados coletados sejam tratados de forma criteriosa e estratificados conforme possíveis padrões detectados. Inicialmente, dados obtidos serão lidos pelos pesquisadores e separados de acordo com o serviço de saúde, nível de atenção (primário, secundário ou terciário) e mês/ano correspondente.

De acordo com os relatórios de controle dos medicamentos distribuídos e dispensados pela Secretaria de Saúde, os fármacos serão categorizados conforme a classe, divididos entre antidepressivos, antipsicóticos, antiepiléticos, ansiolíticos e psicoestimulantes, e classificados em ordem decrescente da quantidade de dispensação.

Trabalho semelhante foi realizado por Santos *et al.* (2018), ao comparar o perfil de psicofármacos dispensados na Farmácia Municipal de Ji-Paraná (Rondônia), em que foram analisados os cinco psicofármacos de maior dispensação (carbamazepina, fluoxetina, clonazepam e amitriptilina), relacionando com perfil dos usuários e a quantidade de medicamentos, frequência de distribuição no período analisado e as características farmacológicas dos principais psicoativos.

Para auxílio na interpretação dos dados, será utilizado o referencial teórico de artigos apresentados nas plataformas UpToDate, IEEE Xplore, Ebscohost, Scopus, ScienceDirect, Periódico CAPES, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e PubMed (Costa *et al.*, 2023, p.41).

O acesso aos dados que serão utilizados neste projeto será pautado, inicialmente, pelo cumprimento dos requisitos da Prefeitura Municipal de Maringá, dispostos nas Orientações para Solicitação de Desenvolvimento de Projetos de Pesquisa/Extensão nos Serviços de Saúde de Maringá. A Secretaria de Saúde de Maringá, por meio do Centro de Estágios, Capacitações e Projetos de Pesquisa e Extensão na Saúde, da Gerência de Planejamento, deferiu a realização do projeto sob o parecer de nº 7/2025 – SECSAUDE, processo nº 01.08.00035756/2025.65.

O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Cesumar – UniCesumar, sob parecer nº 7.667.550, CAAE: 89792225.1.0000.5539.

Para a realização desta pesquisa, serão utilizados apenas informações de acesso público, sem identificação individual dos pacientes, em respeito aos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Brasil, 2011).

3 RESULTADOS ESPERADOS

A partir desses dados, espera-se contribuir tanto para o cenário local quanto para o meio científico. Ao apresentar todos os aspectos que abrangem as medicações mais dispensadas e as possíveis dificuldades encontradas no tratamento farmacológico do município, compreendendo todas as unidades da atenção básica no período estudado, demonstrar-se-á a conjuntura da assistência em saúde mental no setor público



maringaense. Esses resultados poderão embasar a proposição de ações em saúde e a implementação de inovações na abordagem clínica dos pacientes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que, diante das subjetividades do tema e das diferenças entre populações, a replicação desse estudo permitirá o reconhecimento das demandas de cada região e a adaptação das suas condutas terapêuticas. Além disso, os dados levantados nesta pesquisa irão auxiliar no enriquecimento da literatura disponível, dada a escassez de estudos nessa temática.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 24 maio 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. DATASUS. **Tabnet. Morbidade Hospitalar do SUS (SIH/SUS): Geral, por local de residência - a partir de 2008**. Disponível em: <https://datasus.saude.gov.br/aceso-a-informacao/morbidade-hospitalar-do-sus-sih-sus/>. Acesso em: 24 maio 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. **Relação Nacional de Medicamentos Essenciais Renome 2022** [recurso eletrônico]. Brasília: Ministério da Saúde, 2022. p. 181. Disponível em: <https://www.conass.org.br/wp-content/uploads/2022/01/RENAME-2022.pdf>. Acesso em: 10 maio 2024.

CARLOS, M. de M.; GALLASSI, A. D. Práticas de articulação de rede na atenção psicossocial: quais desafios enfrentam os profissionais para matricular, reunir-se e encaminhar? **Interface: Comunicação, Saúde, Educação**, [S.l.], v. 28, 2024. DOI 10.1590/interface.230651. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/34NxxxzJL4HQztyq75zBrGC/>. Acesso em: 10 maio 2024.

COLAÇO, R. F.; ONOCKO-CAMPOS, R. T. Gestão compartilhada do tratamento com psicofármacos: inquérito com usuários de CAPS de quatro grandes cidades brasileiras. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, [S.l.], v. 27, n. 7, p. 2553–2562, 2022. DOI 10.1590/1413-81232022277.17162021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/HgzrfYxtGKCPMyCpXrLT4jH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 abr. 2024.

COSTA, E. A. P. *et al.* Uso indiscriminado de psicotrópicos por usuários assistidos na atenção primária à saúde: uma revisão integrativa da literatura. **Humanum Sciences**, v.5, n.1, p.36-50, 2023. DOI: <http://doi.org/10.6008/CBPC2674-6654.2023.001.0004>. Disponível em: <https://www.sapientiae.com.br/index.php/humanumsciences/article/view/214>. Acesso em: 10 maio 2024.



Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Cidades e Estados**: Curitiba. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/curitiba/panorama>. Acesso em: 10 maio 2024.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Cidades e Estados**: Foz do Iguaçu. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/foz-do-iguacu/panorama>. Acesso em: 10 maio 2024.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Cidades e Estados**: Londrina. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/londrina/panorama>. Acesso em: 10 maio 2024.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Cidades e Estados**: Maringá. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/maringa.html>. Acesso em: 10 maio 2024.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Cidades**: Paraná. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/panorama>. Acesso em: 10 maio 2024.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Cidades e Estados**: Ponta Grossa. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/ponta-grossa/panorama>. Acesso em: 10 maio 2024.

PARANHOS, Iracilda de Castro Machado *et al.* Autonomia em relação ao tratamento psicofarmacológico: percepções de usuários de um centro de atenção psicossocial. **Peer Review**, [S.l.], v. 5, n. 18, p. 438-450, 23 ago. 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/373352931_Autonomia_em_relacao_ao_tratamento_psicofarmacologico_percepcoes_de_usuarios_de_um_centro_de_atencao_psicossocial. Acesso em: 10 maio 2024.

SANTOS, Priscilla Agostinho dos *et al.* PERFIL DOS MEDICAMENTOS PSICOATIVOS DISPENSADOS NA FARMÁCIA BÁSICA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ, RONDÔNIA. **Revista Eletrônica de Farmácia**, [S.l.], v. 14, n. 3, p. 32-42, 15 jan. 2018. Universidade Federal de Goiás. <http://dx.doi.org/10.5216/ref.v14i3.42711>. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/REF/article/view/42711>. Acesso em: 01 out. 2024.

SILVA, Larissa Arielly Cunha da *et al.* Transição do cuidado de pessoas com transtorno mental no Brasil: uma análise de contexto. **Revista Brasileira de Enfermagem**, [S.l.], v. 76, n. 6, p. 1-7, dez. 2023. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2023-0063pt>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/68V4SFZqgWhPyYQT9jbPRsp/?lang=pt>. Acesso em: 26 abr. 2024.

SOUZA, R. P. de *et al.* Experiências acerca do uso de psicotrópicos entre usuários da Atenção Primária à Saúde. **Saúde Coletiva (Barueri)**, [S.l.], v. 14, n. 89, p. 13134-13149, 13 mar. 2024. MPM Comunicacao. <http://dx.doi.org/10.36489/saudecoletiva.2024v14i89p13134-13149>. Disponível em: <https://revistasaudecoletiva.com.br/index.php/saudecoletiva/article/view/3119>. Acesso em: 03 maio 2024.